



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE JI-PARANÁ**

**Processo Punitivo nº 5-5443/2019  
NOTIFICAÇÃO**

**Notificante:** MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

**Notificada:** SOFIA AQUINO SOARES - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 28.757.445/0001-30, atualmente em lugar incerto e não sabido.

O Município de Ji-Paraná, através de seu Procurador, Dr. Armando Reigota Ferreira Filho, no uso de suas atribuições legais, vem através desta NOTIFICAR Vossa Senhoria da Decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Dr. Marcio Aparecido Pinto, que entendeu que restou comprovado de que a empresa tornou-se inadimplente à Ata de Registro de Preços nº 027/SRP/CGM/2018, e respectivo Termo de Anuência e Compromisso de Fornecimento, que celebrou com esta Municipalidade, sob o Sistema de Registro de Preços, ao não fornecer no prazo avençado o material permanente – equipamentos periféricos para informática que constam nas Notas de Empenho nº 5655 e 5669, devidamente recebidas pela empresa, conforme documentos de fls. 85/92.

Desta forma, determinou a aplicação das sanções previstas na Lei 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, sendo a seguinte penalidade:

a) impedimento de licitar e contratar com o Município de Ji-Paraná a contar da notificação, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10520/2002 e o descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de 02 (dois) anos;

b) as multas deverão ser aplicadas na forma prevista no Edital e Ata de Registro de Preços, com cálculos realizados pelo setor competente da SEMFAZ, e posterior cobrança.

Ji-Paraná, 27 de setembro de 2019.

**Armando Reigota Ferreira Filho**  
Procurador do Município



**ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO  
ESPECIAL ELEITORAL**

Ata de Reunião de Assembleia Geral da AASM - Associação Atlética dos Servidores Municipais. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de setembro de 2019, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ji-Paraná, a Comissão Especial Eleitoral nomeada através da Portaria n. 0001/AASM/2019, em 01 de agosto de 2019, para dirigir o processo eleitoral para escolha dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Atlética dos Servidores Municipais, sob a presidência da Sr.<sup>a</sup> **Jocelmir dos Santos Jordão**, para deliberar sobre os pedidos de inscrição das chapas para concorrer aos cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da AASM. A presidente abriu a reunião relatando que somente uma chapa foi inscrita, sendo a CHAPA - UNIÃO. Expôs ainda que, visando constatar se todos os associados inscritos na chapa atendem ao disposto na alínea "d", Art. 5º do Estatuto da AASM, oficiou o Presidente da Associação Atlética dos Servidores Municipais para apresentar a data da filiação dos associados nominados na chapa supracitada, o que obteve resposta confirmando que os candidatos são associados da AASM a mais de 01 (um) ano, cumprindo o previsto no Art. 5º, letra "d", do Estatuto da AASM. A presidente concluiu pelo deferimento da inscrição da CHAPA ÚNICA - CHAPA UNIÃO, vez que apresentou requerimento tempestivamente e os candidatos listados pertencem ao quadro social a mais de 01 (um) ano nos termos do Estatuto da AASM. Os membros Cleberon Jair Patrício de Caveira e Josse Marciano Silva concordaram com o deferimento da Presidente. Antes de encerrar a reunião a Presidente salientou que o processo eleitoral ocorrerá por ACLAMAÇÃO nos termos do § 2º do Art. 29 do Estatuto da AASM, designando que fosse providenciada a publicação de Edital de convocação para eleição em jornal de circulação no Município de Ji-Paraná e ainda nos murais oficiais da Prefeitura Municipal. Nada mais foi dito, nem tratado, sendo a reunião encerrada às 12:00hs. E, para constar, eu, siamara mendes Ferreira, neste ato membro nomeado (a) secretário (a) da Comissão Especial Eleitoral, lavrei a presente ata, que vai por mim assinado (a) Siamara Mendes Ferreira e pelos demais membros. Em Ji-Paraná/RO, 26 de setembro de 2019.

Jocelmir dos Santos Jordão: Jocelmir S. Jordão  
Presidente da CEE

Cleberon Jair Patrício de Oliveira: Cleberon J. Patrício  
Membro

Josse Marciano Silva: Josse Marciano Silva  
Membro

**PEDIDO DE MUDANÇA DE TITULARIDADE**

A empresa **AUTO POSTO T 14 LTDA**, localizada na Rua Edson Lima do Nascimento, nº 2771, Bairro: Cafezinho, cidade de Ji-Paraná/RO, CNPJ: nº 06.038.204/0001-06, torna público que requereu a SEMEIA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ji-Paraná, o pedido de **Mudança de Titularidade de AUTO POSTO MONTE HOREBE-LTDA** sob CNPJ: 84.744.325/0001-79 para **AUTO POSTO T-14 LTDA-ME** sob CNPJ: 06.038.204/0001-06, conforme Processo: 2-12179/2018, para a atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).

**PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA  
MUNICIPAL DE OPERAÇÃO**

A empresa **AUTO POSTO T 14 LTDA**, localizada na Rua Edson Lima do Nascimento, nº 2771, Bairro: Cafezinho, cidade de Ji-Paraná/RO, CNPJ: nº 06.038.204/0001-06, torna público que requereu a SEMEIA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ji-Paraná, a Renovação da Licença Municipal de Operação - RLMO, conforme Processo: 2-12179/2018, para a atividade de Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP).



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SERINGUEIRAS**

**EXTRATO CONTRATO Nº 158/2019**

**PROCESSO Nº 1146/SEMEC/2019**  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO

CONTRATADA: BUSSIOLI PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA-EPP.

CNPJ Nº. 34.721.449/0001-60  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA QUALIFICADA, PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSERTO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO.

VALOR R\$= 34.697,68 (TRINTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)  
PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS.  
SERINGUEIRAS/RO; 13 DE SETEMBRO DE 2019.

ASSINAM  
LEONILDE ALFLEN GARDA – PREFEITA.  
CRISTIANO SANTOS TAMANDARÉ – SECRETÁRIO.  
BUSSIOLI PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA-EPP – CONTRATADA.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SERINGUEIRAS**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº070/CPL/2019  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 940/SEMSAU/2019.**

A Prefeitura Municipal de Seringueiras RO, situada na Av. Marechal Rondon, nº 984, Bairro Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será julgado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, alterada pela Lei Complementar nº 155, de 2016, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, o Decreto Federal nº. 5450 de 31 de maio de 2005, Decretos Municipais nº 056/PMS/2013 e 038/PMS/2013 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90, e demais legislações municipais pertinentes, segundo as condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. **OBJETO: REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO COM NO MÍNIMO 99,5% DE PUREZA ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 2 A 10M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL JOEL PEREIRA SALGADO DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS – RO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PERÍODO ESTIMADO DE 12 MESES, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES COMPLEMENTARES DESCRITAS NESTE EDITAL, NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.** Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 30/09/2019; Data para abertura de propostas a partir das 08:00 horas do dia 11/10/2019; **Início da sessão pública de lances: Dia 11/10/2019 às 09:00 horas**, horário de Brasília/DF, local <https://licitanet.com.br/>, maiores informações através do telefone (0xx)69 3623-2693/2694 ou pelo e-mail [cpl.seringueiras@hotmail.com](mailto:cpl.seringueiras@hotmail.com).

Seringueiras-RO, 27 de Setembro de 2019.

**LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA**  
PORT. Nº021/GAB/PMS/2019  
Pregoeiro Oficial



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SERINGUEIRAS**

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATO Nº 029/2018**

**PROCESSO Nº. 013/SEMSAU/2018**  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS/RO

CONTRATADA: I. HENCKE DORNA E CIA LTDA  
CNPJ Nº. 07.310.617/0001-52

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº. 029/2018 CELEBRADO EM 12 DE MARÇO DE 2018.

PRAZO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL PARA MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, VIGORANDO DE 12/09/2019 ATÉ 12/03/2020.

SERINGUEIRAS/RO; 12 DE SETEMBRO DE 2019.

ASSINAM  
LEONILDE ALFLEN GARDA – PREFEITA  
MARCEL LEME CRISTALDO – SECRETÁRIO  
I. HENCKE DORNA E CIA LTDA – CONTRATADA



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TEIXEIRÓPOLIS**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO**

**Termo Aditivo Nº 002 ao Contrato Nº 040/ASJUR/2017**

**Processo nº: 467/2017**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO

**Contratado:** LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI.

**Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo e a supressão do valor do contrato supracitado.

**Prazo:** O presente contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses.

**Valor:** Dá-se a este Termo Aditivo o valor total de R\$ 647.146,50 (seiscentos e quarenta e sete mil cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos). Sendo que este valor representa o total depois de suprimido 25% do valor total contratado.

**Data:** Teixeiraópolis/RO, 15 de Julho de 2019.

ASSINAM:  
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI  
Almiro Soares  
Antônio Zotesso



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TEIXEIRÓPOLIS**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Contrato nº: 038/PJM/2019**

**Processo Administrativo:** GI-488/2019

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO

**Contratado:** J C R ALIMENTOS EIRELI.

**Objeto:** O presente CONTRATO tem por objeto prestação serviços de alimentação e fornecimento de material de consumo para uma comemoração em alusão ao dia do funcionário público a ser realizada no município de Teixeiraópolis – RO que será realizada no dia 01 de Outubro de 2019

**Prazo:** O presente contrato tem vigência até o fim da prestação de serviços e comprovação dos mesmos, contados a partir da assinatura da ordem serviço.

**Valor:** Dá-se a este CONTRATO o valor total de R\$ 19.123,24 (dezenove mil cento e vinte e três reais e vinte e quatro centavos).

**Data:** Teixeiraópolis/RO, 10 de Setembro de 2019.

ASSINAM:  
J C R ALIMENTOS EIRELI  
Almiro Soares  
Antônio Zotesso



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TEIXEIRÓPOLIS**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Contrato nº: 039/PJM/2019**

**Processo Administrativo:** GI-488/2019

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO

**Contratado:** COCO & KRENSK LTDA.

**Objeto:** O presente CONTRATO tem por objeto fornecimento de material de consumo (refrigerante e polpa natural de fruta concentrada) para uma comemoração em alusão ao dia do funcionário público a ser realizada no município de Teixeiraópolis – RO que será realizada no dia 01 de Outubro de 2019.

**Prazo:** O presente contrato tem vigência até o fim da prestação de serviços e comprovação dos mesmos, contados a partir da assinatura da ordem serviço.

**Valor:** Dá-se a este CONTRATO o valor total de R\$ 969,20 (novecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).

**Data:** Teixeiraópolis/RO, 10 de Setembro de 2019.

ASSINAM:  
COCO & KRENSK LTDA  
Almiro Soares  
Antônio Zotesso



Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste  
Poder Executivo  
Comissão de Chamamento Público  
Portaria n.º 172/GP/2019

PROC. Nº. 1063/2019

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SEMAD/2019.**

O presente Edital tem por objetivo selecionar projeto para celebração de Acordo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO e entidade sem fins lucrativos, para disponibilização de **EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E ONIBUS RODOVIÁRIOS PARA ACADÊMICOS**, afim de facilitar a produção e transporte de produtos agrícolas e o transporte de acadêmicos da comunidade no município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO. Os objetos são:

**Descrição dos Equipamentos:**

**LOTE 01** - 01 Carreta Agrícola de madeira: com capacidade mínima de carga de 4 toneladas, 2 eixos com simples de pneus 16" cada, chapa 10021.

**LOTE 02** - 01 Carreta Agrícola de madeira: com capacidade mínima de carga de 4 toneladas, 2 eixos com simples de pneus 16" cada, chapa 10023.

**LOTE 03** - 01 Carreta Agrícola metálica, com mínimo de 5 toneladas, eixo tandem, com basculante hidráulico através de pistão, com pneus, aro 16 com 06 furos, dimensão mínima 3,00 x 1,80 x 0,97 mts, com tampa, chapa 10429.

**LOTE 04** - 01 Grade aradora Controle Remoto, com 14 discos de 26 polegadas, equipadas pneus, chapa 10428.

**LOTE 05** - 01 Perfurador de solo: com 02 brocas de 12" e uma de 18" penetração mínima das brocas (mm) 1000, rotação mínima das brocas (RPM) 540, potência no motor 50 cv, largura mínima 850 mm, altura mínima 1850 mm, chapa 10448.

**LOTE 06** - 01 Sulcador para cana com mínimo de 01 linha com mínimo de 930 mm de largura, com abertura mínima da haste 520/820mm, peso mínimo aproximado de 190 kg, construído em vigas tubulares de alta resistência, chapa 10504.

**LOTE 07** - 01 Balança Eletrônica, para pesagem de simples de bovinos com capacidade mínima de 3.000kg, chapa 10020, 01 Tronco Americano, com parede móvel com 01 guilhotina (trava mecânica), com acoplamento para balança eletrônica, chapa 14999.

**LOTE 08** - Ônibus Rodoviário novo, potência mínima de 160 cv; sistema de transmissão com no mínimo 05 marchas à frente e 01 a ré, direção hidráulico, equipado com ar condicionado, carroceria com capacidade mínima de 32 lugares, poltronas reclináveis, equipado com acessibilidade/DPN, todos os de segurança obrigatórios para veículos exigidos pelo CONTRAN, placa NEH-1943c, Chapa 10421.

**LOTE 09**- Ônibus Rodoviário novo, potência mínima de 180 cv; sistema de transmissão com no mínimo 06 marchas à frente e 01 a ré, direção hidráulico, equipado com ar condicionado, carroceria com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, equipado com acessibilidade/DPN, todos os de segurança obrigatórios para veículos exigidos pelo CONTRAN, placa OHU-7364, Chapa 9949.

N.º	Etapa	Data
1	Divulgação do Edital	27/09/2019
2	Prazo para impugnação do Edital	14/10/2019
3	Prazo final para recebimento das propostas na SECRETARIA DE AGRICULTURA.	21/10/2019
4	Abertura dos envelopes na SECRETARIA DE AGRICULTURA.	22/10/2019
5	Análise dos projetos com parecer técnico	23/10/2019
6	Divulgação do resultado parcial	24/10/2019
7	Recebimento de recurso	25/10/2019
8	Análise de recurso	01/11/2019
9	Publicação do resultado final	05/11/2019

**RETIRADA DO EDITAL:** Sala da Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste-RO:

Elaboração: *Secretaria Municipal de Agricultura*  
Revisão Técnica: *Ademir Sousa Silva*  
Aprovação: *Helio da Silva*  
*Secretaria municipal de Administração* *Presidente da Comissão* *Prefeito Municipal*



ESTADO DE RONDONIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS

**PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE VISITADOR SOCIAL DO PROGRAMA FEDERAL – 1ª INFANCIA NO SUAS (CRIANÇA FELIZ)**

**- RESULTADO PRELIMINAR -**

x	Nomes	Pontuação	DATA NASC.
1	JANE KELLI NUNES DA SILVA	70	13/11/1995
2	ADRIANA RAFAELA DOS SANTOS	65	10/12/1989
3	MARIA INES MARQUES SOARES	60	22/11/1965
4	ROSIMERE MARTINS MENDES SOBRINHO	60	03/03/1978
5	VALDINEI ROBERTO	60	29/01/1990
6	ROSEMERY BEATRIZ HELLMAN DA COSTA	60	15/07/1994
7	CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS SANTIAGO	60	07/03/1998
8	LUCELIA GOMES DOS SANTOS	55	19/08/1985
9	VANESSA APARECIDA DE SOUZA REIS	55	12/10/1990
10	BARBIANE LUIZ FERREIRA	55	30/04/1993
11	ALEXYA DELGADO GORZA	55	12/08/2000
12	SIRLEI GOMES DA SILVA	50	10/01/1974
13	MIRIAN BATISTA DA SILVA DE SOUSA	50	06/08/1983
14	GRACE DE OLIVEIRA LUIZ	50	21/11/1984
15	CRISTIANE APARECIDA DA CRUZ SOARES	50	24/01/1987
16	HERICA VANDERLEYA SANTOS SILVA	50	08/08/1988
17	CLEUZILENE LOPES DA SILVA	50	05/09/1988
18	DOUGLAS VITAL VIEIRA	50	15/10/1994
19	KAROLYNE DE SOUZA PEREIRA	50	17/06/1998
20	JULIANO RODRIGUES DA CRUZ	50	22/06/1998
21	VANESSA MARQUES SPERTI GODOY	50	26/11/1998
22	SIDNEI DE LIMA NUNES	50	05/02/1999
23	BRUNA FERNANDES RAMOS	50	15/03/2000
24	LUCIMAR CORDEIRO DE SOUZA	DESCLASSIFICADO	

Nova Brasilândia D'Oeste – RO, 27 de setembro de 2019.

**Adir da Silva Sampaio**  
Presidente da Comissão

**Gislene Guimarães**  
Membro

**Adriana Regina de Vasconcelos**  
Membro



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DO VALE DO PARAÍSO

**RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 012/CPL/2019**

O MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.786.990/0001-55, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Charles Luis Pinheiro Gomes, através do Decreto 5928 de 20 de maio de 2019, nomeia o Pregoeiro e equipe de apoio que torna público e a quem possa interessar a RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO 012/CPL/2019.

TOMADA DE PREÇO Nº 012/CPL/2019 – PROCESSO Nº 1-533/SEMAPEM/2019  
OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.M.D.R ( CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL ) COM SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÕES E RETIRADAS, COBERTURA, INFRAESTRUTURA, ALVENARIAS, REVESTIMENTO DE PAREDES, PINTURA, ESQUADRIAS E DIVERSOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTANTE NO PROJETO ASSINADO PELO ENGENHEIRO.  
**VALOR ORÇADO: R\$ 113.010,48 (Cento e treze mil dez reais e quarenta e oito centavos);**  
NAS PUBLICAÇÕES DA CAMARA, PORTAL DA TRANSPARENCIA DIA 26/09/19, AROM E JORNAL CORREIO POPULAR NO DIA 27/09/19.

ONDE SE LÊ:  
**31/09/2019 as 08:30 horas.**  
LEIA-SE:  
**30/09/2019 as 08:30 horas.**

Informações Complementares: na CPL - Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, sito à Av. Paraíso, 2601, Setor 01, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min horas. Para maiores informações através do telefone (69) 3464-1462 ou 3464-1005 ou e-mail: [cpl.net@outlook.com](mailto:cpl.net@outlook.com).

Vale do Paraíso – RO, 27de Setembro de 2019.

**Lucimar Cristina Rech**  
Secretaria Substituta  
Portaria Nº 5344 de 04/01/18

**ANUNCIE COM A GENTE!**

E ganhe seu encarte gratuito  
Informações: ☎ 3421-6853

[redacao@correiopopular.net](mailto:redacao@correiopopular.net)

[redacaopc@hotmail.com](mailto:redacaopc@hotmail.com)



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE JI-PARANÁ



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO

**Nota:** Em atendimento ao §1º do art. 4º da Resolução CMN nº 3.922, de 29 de novembro de 2010 e alterações

### SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	OBJETIVO.....	5
3	CENÁRIO ECONÔMICO.....	6
3.1	INTERNACIONAL – ANO DE 2018.....	6
3.2	NACIONAL – ANO 2018.....	6
3.3	PERSPECTIVAS.....	7
3.3.1	INTERNACIONAL – ANO 2019.....	7
3.3.2	NACIONAL – ANO 2019.....	8
3.4	EXPECTATIVAS DE MERCADO.....	8
4	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS.....	9
4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA.....	11
4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	11
4.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR.....	11
4.4	LIMITES GERAIS.....	11
4.5	ENQUADRAMENTO.....	11
4.6	VEDAÇÕES.....	12
5	META ATUARIAL.....	13
6	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS.....	14
6.1	GESTÃO PRÓPRIA.....	14
6.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO.....	14
7	CONTROLE DE RISCO.....	15
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO.....	15
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO.....	15
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ.....	16
8	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.....	17
9	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO.....	18
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES.....	18
10	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS.....	20
10.1	METODOLOGIA.....	20
10.1.1	MARCAÇÕES.....	20
10.2	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO.....	20
10.2.1	TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS.....	20
10.2.2	FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	23
10.2.3	TÍTULOS PRIVADOS.....	23
10.2.4	POUPANÇA.....	24
10.3	FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES.....	24
11	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	25
12	PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	26
12.1	EXPOSIÇÃO A RISCO.....	26
12.2	POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS.....	26
13	CONTROLES INTERNOS.....	27
14	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
	DISCLAIMER.....	30

## 1 INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 e posteriormente pela Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010"), o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2019, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

## 2 OBJETIVO

A Política de Investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada lida e a atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política de investimentos estabelecerá o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Os responsáveis pela gestão do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná têm como objetividade a contínua busca pela ciência do conhecimento técnico, exercendo suas atividades com boa fé, legalidade e diligência; zelando por elevados padrões éticos, adotando as melhores práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações.

Entende-se por responsáveis pela gestão dos recursos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná, as pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento, e decisório sobre a aplicação dos recursos, bem como os participantes do mercado de título e valores mobiliários no que se refere à distribuição, intermediação e administração dos ativos.

## 3 CENÁRIO ECONÔMICO

### 3.1 INTERNACIONAL – ANO DE 2018

#### EUROPA

Conforme a agência Eurostat, a estimativa preliminar mostrou que o crescimento do PIB da zona do euro, no segundo trimestre de 2019 foi de 0,2% sobre o trimestre anterior, que havia crescido 0,4% sobre o último trimestre de 2018. Na comparação anual o avanço da atividade econômica da região foi de 1,1%.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de apenas 1,3% em junho caiu para 1,1% em julho, a taxa mais baixa em 17 meses e ainda mais distante da meta de 2% do BCE.

Após de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião no final de julho, o BCE divulgou comunicado afirmando que a perspectiva econômica da região está piorando mais e mais e que agora passa a prever que as taxas de juros permaneçam nos seus níveis presentes ou mais baixos até pelo menos o fim do primeiro semestre de 2020.

#### EUA

A economia norte-americana desacelerou para 2,1%, anualizado, no segundo trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, depois de ter crescido 3,1% no primeiro, conforme estimativa inicial do Departamento de Comércio do país. Os gastos dos consumidores, que respondem por 70% do PIB cresceram 4,3% no período, mas foram compensados por uma ampliação no déficit comercial.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em julho de 2019 foi de 164 mil novos postos, quando a expectativa era de 170 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,7 em junho, se estabilizou nesse patamar.

Em sua reunião no final de julho, o FED reduziu a taxa básica de juros da faixa entre 2,25% e 2,50% ao ano, para 2,0% e 2,25% ao ano, diante do enfraquecimento da economia global. Foi o primeiro corte da taxa desde 2008. Após a reunião, o seu presidente afirmou que o movimento pode não ser o início de uma campanha prolongada para proteger a economia contra riscos que incluem uma fraqueza econômica.

#### ÁSIA

Na China, o PIB do segundo trimestre de 2019 evoluiu 6,2% em taxa anualizada, o menor crescimento trimestral em 27 anos. O resultado, no entanto, está dentro da meta estabelecida pelo governo, de um crescimento anual entre 6% e 6,5%. A contração das exportações para os Estados Unidos, por conta da "guerra" comercial, pesou no resultado.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,00% a.a. no final de junho, terminaram julho com rendimento de 2,02% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,60% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de julho com rendimento negativo de 0,43%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 1,98% perante o euro e se valorizou 0,86% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em junho um mês de resultados mistos. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 1,86%, a inglesa (FTSE 100) subiu 2,17%, a do Japão (Nikkei 225) 1,15% e a americana (S&P 500) 1,31%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 2,07%.

### 3.2 NACIONAL – ANO 2018

#### ATIVIDADE ECONÔMICA

Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, após recuar 0,47% em abril, subiu 0,54% em maio. Em um ano, sem os ajustes sazonais, a alta foi de 1,31%.

#### EMPREGO E RENDA

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,3% no trimestre encerrado em maio, caiu para 12,0% no trimestre encerrado em junho. Cerca de 12,8 milhões de pessoas estavam sem trabalho.

#### SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 12,7 bilhões em junho, comparativamente a déficit de R\$ 13,5 bilhões em maio do ano anterior. Em doze meses o déficit acumulado foi de R\$ 99,6 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 357,3 bilhões (5,11% do PIB) e o déficit nominal, que incluiu o resultado com os juros, foi de R\$ 456,9 bilhões (6,54% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em junho R\$ 5.499,6 bilhões (78,7% do PIB).

#### INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,01% em junho, subiu apenas 0,19% em julho, com os preços da energia elétrica dando a maior contribuição. No ano acumulou variação de 2,42% e em doze meses de 3,22%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,10 em julho, após ter subido 0,01% em junho. No ano acumulou alta de 2,55% e de 3,16% em doze meses.

#### JUROS

Em sua reunião no final de julho, o Copom reduziu a taxa Selic de 6,5% para 6% ao ano, depois de tê-la mantido por dez vezes consecutivas. Na ata da reunião, o BC indicou que pode continuar reduzindo a taxa nos próximos meses.

#### CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de julho cotada em R\$ 3,7649, com uma valorização de 1,76% no mês.

Em junho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 2,9 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 17,1 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,2 bilhões em junho e acumularam US\$ 91,8 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 388,1 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em julho de 2019 um superávit de US\$ 2,29 bilhões, e no ano acumula superávit de US\$ 28,36 bilhões.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de julho acabou sendo o do IDA 20A (IPCA), com alta de 1,79%, seguido do IMA-B 5+, com alta de 1,51% e do IMA-B Total, com alta de 1,29%.

Para o Ibovespa, julho também foi um mês de avanço. A alta foi de 0,84% acumulando no ano um avanço de 15,84% e em doze meses de 28,39%. O índice terminou o mês em 101.812 pontos.

## 3.3 PERSPECTIVAS

### 3.3.1 INTERNACIONAL – 3º TRIMESTRE 2019

Com o presidente Trump acentuando a "guerra" comercial com a China, ao impor novas tarifas sobre as importações daquele país até que um acordo comercial seja alcançado e com a desvalorização da moeda chinesa, em represália, os mercados financeiros internacionais elevaram novamente a aversão ao risco. Serão os desdobramentos desses fatos que atrairão as maiores atenções dos mercados nas próximas semanas.

### 3.3.2 NACIONAL – 3º TRIMESTRE 2019

No Brasil, depois da aprovação da reforma da Previdência em segundo turno, na Câmara, será o trâmite no Senado que ocupará as atenções. Com a perspectiva de baixa inflação o mercado também estará atento na possibilidade de novos cortes da taxa Selic.

#### MERCADO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10%.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelo referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 10%.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FI e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas

renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

### 3.4 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Índices (Mediana Agregado)	2019	2020
IPCA (%)	3,65	3,85
IGP-M (%)	5,71	4,08
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,80	3,81
Meta Taxa Selic (% a.a.)	5,00	5,25
Investimentos Diretos no País (US\$ bilhões)	85,00	84,36
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,39	58,50
PIB (% do crescimento)	0,80	2,10
Produção Industrial (% do crescimento)	0,08	2,50
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	52,85	49,00

[https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20190823%20.pdf\(2019.08\\_26\)](https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20190823%20.pdf(2019.08_26))

### 4 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010.

A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

#### Alocação Estratégica para o exercício de 2019

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2019			Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Estratégia Ativo (%)	Limite Superior (%)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão do TN - Art. 7º, I, "a"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	15,00%	25,00%	80,00%	15,00%	80,00%
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, "c"	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "a"	60,00%	0,00%	10,00%	60,00%	0,00%	60,00%
	ETF - Renda Fixa "Referenciado" - Art. 7º, III, Alínea "b"	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Geral - Art. 7º, IV, Alínea "a"	40,00%	10,00%	30,00%	40,00%	10,00%	40,00%
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, IV, Alínea "b"	40,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, Alínea "a"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	CDB - Certificados de Depósitos Bancários - Art. 7º, VI, Alínea "a"	15,00%	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
	Poupança - Art. 7º, VI, Alínea "b"	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	2,00%	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%
FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, VII, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	5,00%	
<b>Limite de Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>200,00%</b>	<b>32,00%</b>	<b>200,00%</b>	
Renda Variável e Estruc.	FI de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações - Art. 8º, I, "a"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	ETF - Índice de Ações (c/ no mínimo 50) - Art. 8º, I, "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Ações - Geral - Art. 8º, II, "a"	20,00%	7,00%	10,00%	20,00%	7,00%	20,00%
	ETF - Demais Índices de Ações - Art. 8º, II, "b"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, III	10,00%	7,00%	10,00%	10,00%	7,00%	10,00%
	FI em Participações - Art. 8º, IV, "a"	5,00%	2,00%	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI Imobiliário - Art. 8º, IV, "b"	5,00%	2,00%	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%
	FI em Ações - Mercado de Acesso - Art. 8º, IV, "c"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Limite de Renda Variável - Art. 8º, § 1º</b>	<b>30,00%</b>	<b>18,00%</b>	<b>30,00%</b>	<b>40,00%</b>	<b>18,00%</b>	<b>40,00%</b>	
Invest. No Exterior	FI de Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Constituídos no Brasil - Investimentos no Exterior - Art. 9º, II	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações BDR Nivel I - Art. 9º, III	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	<b>Limite de Investimentos no Exterior - Art. 9º, A</b>	<b>10,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total da Carteira de Investimentos</b>			<b>50,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>240,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>240,00%</b>

eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de cupom com taxa inferior à meta atuarial.

### 4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, **limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.**

São considerados como investimentos estruturados segundo Resolução CMN nº 3922/2010, os fundos de investimento classificados como multimercado, os fundos de investimento em participações - FIPs e os fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

### 4.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

No segmento classificado como "investimento no exterior", cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 10% (dez por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, será adotado o **limite de 10% (dez por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.**

Deverão ser considerados que os fundos de investimentos constituídos no exterior possuam histórico de 12 (doze) meses e que seus gestores estejam em atividade há mais de 5 (cinco) anos e administrem o montante de recursos de terceiros equivalente a US\$ 5 bilhões de dólares na data do aporte.

### 4.4 LIMITES GERAIS

No acompanhamento dos limites gerais da carteira de investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná, em atendimento aos limites aqui estabelecidos e da Resolução CMN nº 3.922/2010, serão consolidadas as posições das aplicações dos recursos realizados direta e indiretamente pelo RPPS por meio de fundos de investimentos e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos.

No que tange ao limite geral de exposição por fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos, fica a do **Fundo de Previdência Social** limitado a 20% de exposição.

A exposição do total das aplicações dos recursos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná em um mesmo fundo de investimento limita-se a 15%. Para os fundos de investimentos classificados como FIDC, Crédito Privado, FI de Infraestrutura, Multimercado, FIP, FI e Fundos de Ações - Mercado de Acesso, estão limitados à 5%.

### 4.5 ENQUADRAMENTO

O Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná considera todos os limites estipulados de enquadramento na Resolução CMN nº 3.922/2010, e como entendimento complementar a Seção III, Subseção V dos Enquadramentos, destacamos:

Os investimentos que estão em desacordo com as novas exigências da Resolução CMN nº 3.922/2010, poderão manter-se em carteira por até 180 dias as aplicações, sendo considerado infringências aportes adicionais. Caso o desenquadramento seja proveniente de sucessivos resgates ocasionado por outros cotistas, para os fundos de investimentos classificados como FIDC, Crédito Privado, FI de Infraestrutura, Multimercado, FIP, FI e Fundos de Ações - Mercado de Acesso, o Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná tem o limite de até 120 dias.

Poderão ainda ser mantidas em carteira até a respectiva data de vencimento, as aplicações que apresentaram prazos de resgate, carência ou para conversão de cotas, sendo considerado infringências aportes adicionais.

Serão entendidos como desenquadramento passivo, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

Só serão considerados os fundos de investimento que tem por prestador de serviços de gestão e/ou administrador de carteira que atendem cumulativamente as condições:

- O administrador ou o gestor dos recursos seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos;
- O administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS e
- O gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento e que seja considerado pelos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS como de boa qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento.

Em atendimento aos requisitos dispostos, deverão ser observados apenas quando da aplicação dos recursos.

### 4.6 VEDAÇÕES

O Comitê de Investimento do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

- Operações compromissadas;
- Depósitos em Poupança;
- Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
- Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;

- Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas.

### 5 META ATUARIAL

A Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, que estabelece as Normas Aplicáveis às Avaliações Atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS e a taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo da Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefício se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a distribuição dos recursos conforme a estratégia alvo utilizada nesta Política de Investimentos, as projeções indicam que a rentabilidade real estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2019 será de 6,00% (seis por cento), somado a inflação de IPCA.

Ainda assim, o Fundo de Previdência Social avaliará a execução de estudos que evidenciem, no longo prazo, qual a real situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários.

### 6 ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná será **própria**.

### 6.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Fazenda, Secretária de Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com o Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo de análise, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos conjuntamente com a Diretoria Executiva, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento prévio das instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações dos recursos.

O Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922, de 29 de novembro de 2010 e Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, para a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do RPPS.

### 6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento juntamente com a Diretoria Executiva, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

### 7 CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- Risco de Mercado** - é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

- Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;

- Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

### 7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.

- Segmento de Renda Fixa: 3,56% (três inteiros e cinquenta e seis por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 9,63% (nove inteiros e sessenta e três por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

**7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO**

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em fundos de investimento que possuem em sua carteira de investimentos ativos de crédito, subordinam-se que estes sejam emitidas por companhias abertas devidamente operacionais e registradas; e que sejam de baixo risco em classificação efetuada por agência classificadora de risco, o que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POORS	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATING	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
SR RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente registradas na CVM e autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

**7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ**

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuarias, até a data da disponibilização dos recursos investidos.

**8 POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA**

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, Secretária de Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

**9 CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO**

Segundo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e a Resolução CMN nº 3.922/2010, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

Entende-se como instituições financeiras a receber prévio credenciamento as entidades de gestão, administração e custódia de recursos.

**9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES**

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "compliance", capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco;
- Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará, por meio eletrônico, no âmbito de controle, inclusive no gerenciamento dos documentos e Certidões requisitadas, através do sistema eletrônico utilizado pelo RPPS.

Fica definido também, como critério de documento para credenciamento, o relatório Due Diligence da ANBIMA, entendidos como seção um, dois e três.

Encontra-se qualificado a participar do processo seletivo qualquer empresa administradora ou gestora de recursos financeiros dos fundos de investimentos em que figurem instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198/2004 e nº 4.557/2017, respectivamente.

**10 PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS**

Os princípios e critérios de precificação para os ativos e os fundos de investimentos que compõe ou que virão a compor a carteira de investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Ji-Paraná, deverão seguir o critério de precificação de marcação a mercado (MaM).

Poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos os Títulos Públicos Federais, desde que se cumpra cumulativamente as devidas exigências da Portaria MF nº 577, de 27 de dezembro de 2017, sendo elas: (i) seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS; (ii) sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição; (iii) seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento; e (iv) sejam atendidas as normas de atuação e de contabilidade aplicáveis aos RPPS, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

**10.1 METODOLOGIA**

**10.1.1 MARCAÇÕES**

O processo de **marcação a mercado** consiste em atribuir um preço justo a um determinado ativo ou derivativo, seja pelo preço de mercado, caso haja liquidez, ou seja, na ausência desta, pela melhor estimativa que o preço do ativo teria em uma eventual negociação.

O processo de **marcação na curva** consiste na contabilização do valor de compra de um determinado título, acrescido da variação da taxa de juros, desde que a emissão do papel seja carregada até o seu respectivo vencimento. O valor será atualizado diariamente, sem considerar a oscilações de preço auferidas no mercado.

**10.2 CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO**

**10.2.1 TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS**

São ativos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores emprestem dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. Possuem diversas características como: liquidez diária, baixo custo, baixíssimo risco de crédito, e a solidez de uma instituição enorme por trás.

Como fonte primária de dados, a curva de títulos em reais, gerada a partir da taxa indicativa divulgada pela ANBIMA e a taxa de juros divulgada pelo Banco Central, encontramos o valor do preço unitário do título público.

*10.2.1.1 Marcação a Mercado*

Através do preço unitário divulgado no extrato do custodiante, multiplicado pela quantidade de títulos públicos detidos pelo regime, obtivemos o valor a mercado do título público na carteira de investimentos. Abaixo segue fórmula:

$$Vm = PU_{Atual} * Qt_{título}$$

Onde:

- Vm** = valor de mercado
- PU<sub>Atual</sub>** = preço unitário atual
- Qt<sub>títulos</sub>** = quantidade de títulos em posse do regime

*10.2.1.2 Marcação na Curva*

Como a precificação na curva é dada pela apropriação natural de juros até a data de vencimento do título, as fórmulas variam de acordo com o tipo de papel, sendo:

**Tesouro IPCA – NTN-B**

O Tesouro IPCA – NTN-B Principal possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o investidor faz a aplicação e resgata o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) na data de vencimento do título.

É um título pós-fixado cujo rendimento se dá por uma taxa definida mais a variação da taxa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo em um determinado período.

O Valor Nominal Atualizado é calculado através do VNA na data de compra do título e da projeção do IPCA para a data de liquidação, seguindo a equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + IPCA_{projetado})^{1/252}$$

Onde:

- VNA** = Valor Nominal Atualizado
- VNA<sub>data de compra</sub>** = Valor Nominal Atualizado na data da compra
- IPCA<sub>projetado</sub>** = Inflação projetada para o final do exercício

O rendimento da aplicação é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio do pagamento de juros semestrais e na data de vencimento com resgate do valor de face somado ao último cupom de juros.

**Tesouro SELIC – LFT**

O Tesouro SELIC possui fluxo de pagamento simples pós-fixado pela variação da taxa SELIC.

O valor projetado a ser pago pelo título, é o valor na data base, corrigido pela taxa acumulada da SELIC até o dia de compra, mais uma correção da taxa SELIC meta para dia da liquidação do título. Sendo seu cálculo:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + SELIC_{meta})^{1/252}$$

Onde:

- VNA** = Valor Nominal Atualizado
- VNA<sub>data de compra</sub>** = Valor Nominal Atualizado na data da compra
- SELIC<sub>meta</sub>** = Inflação atualizada

**Tesouro Prefixado – LTN**

A LTN é um título prefixado, ou seja, sua rentabilidade é definida no momento da compra, que não faz pagamentos semestrais. A rentabilidade é calculada pela diferença entre o preço de compra do título e seu valor nominal no vencimento, R\$ 1.000,00.

A partir da diferença entre o preço de compra e o de venda, é possível determinar a taxa de rendimento. Essa taxa pode ser calculada de duas formas:

$$Taxa\ Efetiva\ no\ Periodo = \left[ \frac{Valor\ de\ Venda}{Valor\ de\ Compra} - 1 \right] * 100$$

Onde:

- Taxa Efetiva no Período** = Taxa negociada no momento da compra
- Valor de Venda** = Valor de negociação do Título Público na data final
- Valor de Compra** = Valor de negociação do Título na aquisição

Ou, tendo como base um ano de 252 dias úteis:

$$Taxa\ Efetiva\ no\ Periodo = \left[ \left( \frac{Valor\ de\ Venda}{Valor\ de\ Compra} \right)^{\frac{252}{dias\ uteis\ no\ periodo}} - 1 \right] * 100$$

Onde:

- Taxa Efetiva no Período** = Taxa negociada no momento da compra
- Valor de Venda** = Valor de negociação do Título Público na data final
- Valor de Compra** = Valor de negociação do Título na aquisição

**Tesouro Prefixado com Juros Semestrais – NTN-F**

Na NTN-F ocorre uma situação semelhante a NTN-B, com pagamentos semestrais de juros só que com a taxa pré-fixada e pagamento do último cupom ocorre no vencimento do título, juntamente com o resgate do valor de face.

A rentabilidade do Tesouro Pré-fixado com Juros Semestrais pode ser calculada segundo a equação:

$$Preço = \sum_{t=1}^n 1.000 * \left[ \frac{(1,10)^{0,5} - 1}{(1 + TIR)^{\frac{252}{360}} \right] + 1.000 * \left[ \frac{1}{(1 + TIR)^{\frac{252}{360}}} \right]$$

Em que DUn é o número de dias úteis do período e TIR é a rentabilidade anual do título.

**Tesouro IGPm com Juros Semestrais – NTN-C**

A NTN-C tem funcionamento parecido com NTN-B, com a diferença no indexador, pois utiliza o IGP-M ao invés de IPCA. Atualmente, as NTN-C não são ofertadas no Tesouro Direto sendo apenas recomprado pelo Tesouro Nacional.

O VNA desse título pode ser calculado pela equação:

$$VNA = VNA_{data\ de\ compra} * (1 + IGPm_{projetado})^{N1/N2}$$

Onde N1 representa o número de dias corridos entre data de liquidação e primeiro do mês atual e N2 sendo o número de dias corridos entre o dia primeiro do mês seguinte e o primeiro mês atual.

Como metodologia final de apuração para os Títulos Públicos que apresentam o valor nominal atualizado, finaliza-se a apuração nos seguintes passos:

(i) identificação da cotação:

$$Cotação = \frac{100}{(1 + Taxa)^{\frac{DU}{252}}}$$

Onde:

- Cotação** = é o valor unitário apresentado em um dia
- Taxa** = taxa de negociação ou compra o Título Público Federal

(ii) identificação do preço atual:

$$Preço = VNA * \left[ \frac{Cotação}{100} \right]$$

Onde:

- Preço** = valor unitário do Título Público Federal
- VNA** = Valor Nominal Atualizado
- Cotação** = é o valor unitário apresentado em um dia

**10.2.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

A Instrução CVM 555 dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

O investimento em um fundo de investimento, portanto, confere domínio direto sobre fração ideal do patrimônio dado que cada cotista possui propriedade proporcional dos ativos inerentes à composição de cada fundo, sendo inteiramente responsável pelo ônus ou bônus dessa propriedade.

Através de divulgação pública e oficial, calcula-se o retorno do fundo de investimentos auferindo o rendimento do período, multiplicado pelo valor atual. Abaixo segue fórmula:

$$retorno = (1 + S_{anterior}) * Rend_{fundo}$$

Onde:

Retorno: valor da diferente do montante aportado e o resultado final do período

- S<sub>anterior</sub>** : saldo inicial do investimento
- Rend<sub>fundo</sub>** : rendimento do fundo de investimento em um determinado período (em percentual)

Para auferir o valor aportado no fundo de investimento quanto a sua posição em relação a quantidade de cotas, calcula-se:

$$V_{atual} = V_{cota} * Qt_{cotas}$$

Onde:

- V<sub>atual</sub>** : valor atual do investimento
- V<sub>cota</sub>** : valor da cota no dia
- Qt<sub>cotas</sub>** : quantidade de cotas adquiridas mediante aporte no fundo de investimento

Em caso de fundos de investimento imobiliários (FII), onde consta ao menos uma negociação de compra e venda no mercado secundário através de seu ticker, esse será calculado através do valor de mercado divulgado no site do BM&FBOVESPA; caso contrário, será calculado a valor de cota, através de divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

**10.2.3 TÍTULOS PRIVADOS**

Título privados são títulos emitidos por empresas privadas visando à captação de recursos.

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos são operações de compra (venda) com compromisso de revenda (recupera). Na partida da operação são definidas a taxa de remuneração e a data de vencimento da operação. Para as operações compromissadas sem liquidez diária, a marcação a mercado será em acordo com as taxas praticadas pelo emissor para o prazo do título e, adicionalmente, um spread da marcação da operação. Para as operações compromissadas negociadas com liquidez diária, a marcação a mercado será realizada com base na taxa de revenda/recupera na data.

Os certificados de depósito bancário (CDBs) são instrumentos de captação de recursos utilizados por instituições financeiras, os quais pagam ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que em geral é fluente ou pré-fixada, podendo ser emitidos e registrados na CETIP.

Os CDBs pré-fixados são títulos negociados com ágio/deságio em relação à curva de juros em reais. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do spread definido de acordo com o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do spread definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

Os CDBs pós-fixados são títulos atualizados diariamente pelo CDI, ou seja, pela taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interbancários de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Geralmente, o CDI é acrescido de uma taxa ou por percentual spread contratado na data de emissão do papel. A marcação do CDB é realizada descontando o seu valor futuro projetado pela taxa pré-fixada de mercado acrescida do spread definido de acordo com as faixas de taxas em vigor.

### 10.24 POUPAÇA

Para método de apuração para os investimentos em depósitos de poupança, calcula-se a taxa referencial usada no dia do depósito. Se a Selic estiver em 8,5% ao ano ou menos do que isso, a poupança irá render 70% da Selic mais a TR. Já no caso da Selic ficar acima de 8,5% ao ano, a rentabilidade é composta pela TR mais 0,5% ao mês.

### 10.3 FONTES PRIMÁRIAS DE INFORMAÇÕES

Como os procedimentos de marcação a mercado são diários, como norma e sempre que possível, adotam-se preços e cotações das seguintes fontes:

- Títulos Públicos Federais e debentures: Taxas Indicativas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ([http://www.anbima.com.br/pt\\_br/index.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/index.htm));
- Cotas de fundos de investimentos: Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br/>);
- Valor Nominal Atualizado: Valor Nominal Atualizado ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (<http://www.anbima.com.br/vna/vna.asp>)
- Ações, opções sobre ações líquidas e termo de ações: BM&FBOVESPA ([http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/)); e
- Certificado de Depósito Bancário – CDB: CETIP (<https://www.cetip.com.br/>).

### 11 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o acompanhamento e avaliação da carteira de investimento, dos fundos de investimentos que a contemplam e seus resultados, adicionalmente serão adotados metodologias e critérios que atendam conjuntamente as normativas expedidas pelos órgãos reguladores.

Como forma de acompanhamento, será admitido a elaboração de relatórios mensais, acompanhados de parecer avaliativo do Comitê de Investimentos, que contemple no mínimo informações sobre a rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimentos.

O relatório mensal será com compilado de informações que compreendem no mínimo:

- Editorial sobre o panorama econômico relativo ao mês anterior;
- Editorial sobre o panorama econômico relativo ao trimestre anterior;
- Relatório de análise inicial da carteira de investimentos;
- Relatório de Monitoramento - análise qualitativa da situação da carteira em relação à composição, rentabilidade, enquadramentos, aderência à Política de Investimentos, riscos (mercado, liquidez e crédito); análise quantitativa baseada em dados históricos e ilustrada por comparativos gráficos e; sugestões para otimização da carteira;
- Relatório de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos - Análise de regulamento, enquadramento, prospecto (quando houver) e parecer opinativo;
- Parecer Técnico de Assembleia de Fundos de Investimentos - resumo e análise de ata contendo parecer opinativo;
- Enquadramento das aplicações nos segmentos e artigos da Resolução CMN nº 3.922/10, com alerta em casos de desenquadramento;
- Enquadramento das aplicações de acordo com os limites definidos na Política de Investimentos, com alerta em casos de desenquadramento;
- Rentabilidade individual e comparativa – benchmarks – das aplicações financeiras de forma a identificar aquelas com desempenho insatisfatório;
- Marcação a Mercado da carteira de Títulos Públicos Federais permitindo a visualização de oportunidades de compra e venda;
- Concentração dos investimentos por instituição financeira;
- Taxa de administração por fundo de investimento, possibilitando análise comparativa;
- Quantidade de cotistas por fundo de investimento que compõe a carteira;
- Rentabilidade da carteira após as movimentações mensais, disponibilizada mensalmente e cumulativamente no decorrer do ano em exercício, comparativamente a meta atuarial e
- Gráfico comparativo de rentabilidade e riscos dos fundos de investimentos;

O parecer avaliativo emitido pelo Comitê de Investimentos deverá apresentar no mínimo o plano de ação com o cronograma das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos. Com a emissão do parecer avaliativos e elaboração do plano de ação, o mesmo deverá ser aprovado pelo órgão deliberativo.

### 12 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Tratando-se da grande esfera que envolve o RPPS, no que tange a gestão de valores financeiras proveniente das contribuições dos servidores públicos e do ente federativo, que devem garantir a concessão dos benefícios aos aposentados e pensionistas, se faz necessário a criação de um Plano de Contingência.

Nosso plano atende a abrangência exigida pela Resolução CMN nº 3.922/2010, em seu Art. 4º, inciso VIII, ou seja, entende-se por "contingência" no âmbito desta Política de Investimentos a **excessiva exposição a riscos ou potenciais perdas dos recursos** com a identificação clara das contingências chegamos ao desenvolvimento do plano no processo de investimentos, que abrange não somente a Diretoria Executiva, como o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo.

### 12.1 EXPOSIÇÃO A RISCO

Entende-se como exposição a risco os investimentos que direcionam a carteira de investimentos do Fundo de Previdência Social para o não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos aos RPPS.

O não cumprimento dos limites, requisitos e normas estabelecidos, podem ser classificados como sendo:

- 1 Desenquadramento da Carteira de Investimentos;
- 2 Desenquadramento do Fundo de Investimento;
- 3 Desenquadramento da Política de Investimentos;
- 4 Movimentações Financeiras não autorizadas;

Caso identificado o não cumprimento, ficam os responsáveis diretos pelos investimentos, devidamente definidos nesta Política de Investimentos, obrigados a:

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Desenquadramento da Carteira de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
2 – Desenquadramento do Fundo de Investimento	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
3 – Desenquadramento da Política de Investimentos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para o enquadramento.	Curto, Médio e Longo Prazo
4 – Movimentações Financeiras não autorizadas	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade para resolução; d) Atos e Medidas, se necessárias, judiciais para a responsabilização dos responsáveis.	Curto, Médio e Longo Prazo

### 12.2 POTENCIAIS PERDAS DOS RECURSOS

Entende como potenciais perdas dos recursos os volumes expressivos provenientes de fundos de investimentos diretamente atrelados aos riscos de mercado, crédito e liquidez.

Contingências	Medidas	Resolução
1 – Potenciais perdas de recursos	a) Apuração das causas acompanhado de relatório; b) Identificação dos envolvidos a contar do início do processo; c) Estudo Técnico com a viabilidade administrativa, financeira e se for o caso, jurídica.	Curto, Médio e Longo Prazo

### 13 CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

As movimentações ocorridas nos fundos de investimentos, sejam de aplicação ou resgate, deverão ser acompanhadas de formulário APR – Autorização de Aplicação e Resgate, segundo o modelo padrão da Secretária de Previdência, sendo posteriormente disponibilizados em um prazo de trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate, aos seus segurados e pensionistas.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;
- avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- monitorar o grau de risco dos investimentos;
- observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;
- garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do Fundo de Previdência Social, relatórios de investimentos das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisebex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rotas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a empresa de consultoria de investimentos, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for à alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de equilibrar sua carteira de investimentos. Trés virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.

As aplicações em fundos de investimentos considerados "líquidos", o responsável legal pelo RPPS, fica condicionado a emitir atestado evidenciando a compatibilidade do fundo de investimento com as obrigações presentes e futuras do regime.

Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

### 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2019.

Reuniões extraordinárias junto ao Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do RPPS, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

O relatório da Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 10 (dez) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Reservadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas alterações, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e também alterações.

É parte integrante desta Política de Investimentos, a cópia da Ata do Comitê de Investimentos que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e a cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento deverá ser assinado: pelo representante do ente federativo, pelo representante da unidade gestora do RPPS e pelos responsáveis pela **elaboração, aprovação e execução** desta Política de Investimentos em atendimento ao § 4º do art. 1º da Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011.

### DISCLAIMER

*Este Relatório e/ou Parecer foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da Empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Esta é apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consultativas em informações coletadas que julgamos confiáveis. Não nos responsabilizamos pela utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das mesmas, e não devem ser consideradas como tais. As opiniões contidas neste Relatório e/ou Parecer são baseadas em julgamentos e estimativas, estando, portanto, sujeitas a mudanças. As informações deste Relatório procuram estar em consonância com o regulamento dos produtos mencionados, mas não substituem seus materiais regulatórios, como regulamentos e prospectos de distribuição. É recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento dos produtos de investimento, bem como às disposições do prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Todas as informações sobre os produtos aqui mencionados, bem como o regulamento e o prospecto, podem ser obtidos com o responsável pela distribuição. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os RPPS devem estar adequados à Portaria nº 519, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações conforme Portarias nº 170, de 26 de Abril de 2012, nº 440, de 09 de Outubro de 2013 e nº 300 de 03 de Julho de 2015, além da Resolução CMN nº 3.922 de 25 de Novembro de 2010 e sua alteração conforme Resolução CMN nº 4.392 de 19 de Dezembro de 2014, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pelo União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.*



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO N.1-11565/2019/SEMOSP

#### A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, designada pela Decreto nº 11.769/GAB/PM/JP/2019 de 23 de setembro de 2019, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, Processo 1-11565/2019, e autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, torna pública a abertura de **SESSÃO**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, tipo **Menor Preço**, para contratação, em caráter de emergência, com base no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93 com o art. 26 do mesmo diploma legal, tendo por objeto a **Contratação Emergencial de empresa para coleta, transporte, destinação final de resíduos sólidos urbano e tratamento e controle de aterro Municipal**, em conformidade com as especificações técnicas e condições constantes no Projeto Básico/Termo de Referência, cuja data para o recebimento dos envelopes de Proposta e Documentação se estende para o dia 30/09/2019 (no horário das 7h30min às 13h30min) e abertura para o dia **01/10/2019 às 10h:00**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, com endereço na Av. 02 de Abril, nº 1701, Bairro Urupá, em Ji-Paraná/RO. O valor total estimado da pretensa contratação é de **RS 3.475.560,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais)**.

Ji-Paraná, 27 de setembro de 2019.

**EDER LEONI MANCINI**  
Presidente da CPL  
Decreto n. 11.769/2019



## ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

### Processo Punitivo nº 5-5443/2019

#### NOTIFICAÇÃO

**Notificante:** MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

**Notificada:** I F DE SOUZA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 27.295.241/0001-98, atualmente em lugar incerto e não sabido.

O Município de Ji-Paraná, através de seu Procurador, Dr. Armando Reigota Ferreira Filho, no uso de suas atribuições legais, vem através desta NOTIFICAR Vossa Senhoria da Decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito, Dr. Marcio Aparecido Pinto, que entendeu que restou comprovado de que a empresa tornou-se inadimplente à Ata de Registro de Preços nº 004/SRP/CGM/2019, e respectivo Termo de Anuência e Compromisso de Forneimento, que celebrou com esta Municipalidade, sob o Sistema de Registro de Preços, ao não fornecer no prazo avençado o material de consumo (gêneros alimentícios não perecíveis), ou seja, 1296 pacotes de 5kg do arroz Tipo ! longo Fino Branco, marca Bernardo, conforme Processo nº 2546/2019 e as Notas de Empenho nº 2047 e 2080

Desta forma, determinou a aplicação das sanções previstas na Lei 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, sendo a seguinte penalidade:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Município de Ji-Paraná a contar da notificação, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10520/2002 e o descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- b) as multas deverão ser aplicadas na forma prevista no Edital e Ata de Registro de Preços, com cálculos realizados pelo setor competente da SEMFAZ, e posterior cobrança.

Ji-Paraná, 26 de setembro de 2019.

**Armando Reigota Ferreira Filho**  
Procurador do Município